



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS – CCHA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES – DLH
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

SIMONE FERNANDES DA COSTA

ALGUMAS REFLEXÕES E DISCUSSÕES ACERCA DA INCLUSÃO DO SURDO

**CATOLÉ DO ROCHA
2016**

SIMONE FERNANDES DA COSTA

ALGUMAS REFLEXÕES E DISCUSSÕES ACERCA DA INCLUSÃO DO SURDO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Letras e Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de graduado em Licenciatura Plena em Letras.

Orientador: Prof. Me. José Marcos Rosendo de Souza

CATOLÉ DO ROCHA
2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C837a Costa, Simone Fernandes da
Algumas reflexões e discussões acerca da inclusão do surdo
[manuscrito] / Simone Fernandes da Costa. - 2016.
37 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e
Agrárias, 2016.

"Orientação: Prof. Me. José Marcos Rosendo de Souza,
Departamento de Letras e humanidades".

1.Inclusão. 2.Surdo. 3.Bilinguismo. I. Título.

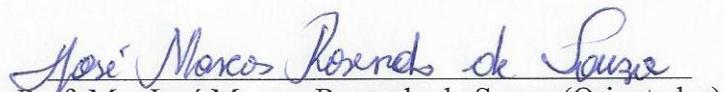
21. ed. CDD 371.9

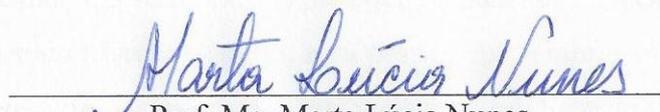
SIMONE FERNANDES DA COSTA

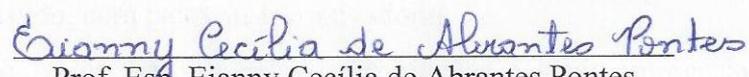
ALGUMAS REFLEXÕES E DISCUSSÕES ACERCA DA INCLUSÃO DO SURDO

Aprovado em: 16 de maio de 2016.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Me. José Marcos Rosendo de Souza (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Me. Marta Lúcia Nunes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Esp. Eianmy Cecília de Abrantes Pontes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

A Deus, criador de todas as coisas, pois seu fôlego de vida em mim foi o sustento que precisei para questionar realidades e propor um novo mundo de possibilidades. Senhor, és meu guia e socorro presente na minha vida a cada instante.

Aos meus pais Geraldo Martins e Rita Fernandes que sempre lutaram e sonharam com esse momento em minha vida. Obrigada meus heróis, pois diante das dificuldades vocês ultrapassaram barreiras para que hoje eu pudesse desfrutar dessa grande conquista.

Ao meu irmão Geraldo Filho (*in memoriam*), um grande presente que meus pais me deram. Hoje, já não está aqui para dividir comigo essa felicidade, mas mesmo assim agradeço pela participação na minha trajetória acadêmica, sempre demonstrando cuidado e incentivo.

Ao meu esposo e eterno namorado Márcio que me incentivou a fazer deste sonho uma realidade. Agradeço pela dedicação, companheirismo e atenção nesse momento especial da minha vida.

Aos meus familiares pela força e confiança depositada em mim, no percurso deste curso, em especial a minha tia Maria Martins e a minha prima Meire Martins que sempre estiveram me colocando em suas orações para que eu pudesse alcançar essa vitória.

Ao meu amigo Marcos Aurélio, essa pessoa que sempre confiou e acreditou no meu potencial, esteve presente nos momentos que mais precisei. Serei grata por toda a minha vida. Seus ensinamentos, estarão sempre guardados no meu coração.

Aos amigos Saul Saavedra, Perla Calixto e Francinilda Araújo que a todo momento estiveram me apoiando, com palavras incentivadoras.

Ao amigo Izaías Serafim pelas contribuições e apoio imprescindível, sempre me transmitindo a certeza de que não enfrentaria essa batalha sozinha.

As minhas colegas, que hoje as tenho como amigas: Roseane, Lidy, Edvania, Fabrícia, Simone Gomes, Flávia, Jaciara, Joilma, Vanessa, Mariana, Paula, Luana, Rita, Kalina. A turma das 15 mulheres, obrigada pelos momentos felizes que passamos juntas.

Aos meus ex-colegas Francisco Ferreira, Edmar e Ítalo pela confiança depositada, acreditando sempre na minha capacidade.

Aos meus irmãos na fé, que a todo momento estiveram me acompanhando nessa trajetória, com suas orações.

Aos funcionários Francisco Neto e Sandra, pelo acolhimento e apoio sempre.

Ao meu orientador Ms. Marcos Rosendo, que me apoiou quando pretendia desistir, acreditando em mim, dizendo que eu era capaz de concluir a minha pesquisa. Pelo incentivo e confiança e por me oferecer algo valiosíssimo que é o conhecimento. Serei grata eternamente.

A banca examinadora na pessoa das professoras, Marta Lúcia e a professora Eianny, pela aceitação do nosso convite e contribuições relevantes para a pesquisa.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização dessa conquista.

(...) Falar da diferença provoca, ao mesmo tempo, uma problematização sobre a oposição entre a normalidade e a anormalidade e, inclusive, a problematização da própria normalidade, do cotidiano. (SKILIAR, 1998).

RESUMO

A educação é uma temática importante que merece ser sempre discutida. E, quando se trata da educação de Surdos, merece uma atenção diferenciada, pois há muito tempo esses indivíduos sofrem com o negligenciamento de sua aprendizagem e uma perspectiva inadequada para a sua inclusão escolar. Em virtude disso, ocorre a limitação do processo de ensino/aprendizagem, já que a implementação das políticas públicas de inclusão é ineficaz. Diante disso, o objetivo proposto é tecer algumas considerações sobre a inclusão de alunos surdos no processo de ensino/aprendizagem, a partir do bilinguismo. Por isso, o presente trabalho justifica-se por reconhecer a necessidade da inclusão do Surdo no processo educacional, haja vista que esse indivíduo fora excluído socialmente, sendo taxado de incapaz de aprender da mesma forma que os ouvintes (ditos normais). Para alcançar nosso objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, tendo como referencial teórico: Lopes (2011), Quadros (1997), Mantoan (2003), Carvalho (2005), Sasaki (1997) Freire (1996), e outros que contribuíram para realidade dessa pesquisa. Como resultado desse estudo, apresentamos o bilinguismo como metodologia adequada a inclusão do Surdo no processo de ensino/aprendizagem, já que o mesmo poderá se utilizar de sua língua materna (LIBRAS, no Brasil) e a Língua Portuguesa, quebrando a barreira comunicativa. E, assim, esses indivíduos poderão alcançar seus objetivos enquanto cidadãos, sendo incluídos no ambiente escolar e social de forma igualitária.

Palavras-chave: Inclusão, Surdo, Bilinguismo.

ABSTRACT

Education is an important issue that deserves to be discussed. And when it comes to the Deaf education, deserves special attention because long ago these individuals suffer from the contempt of their learning and an inadequate perspective for your school inclusion. As a result, there is the limitation of the teaching / learning process, since the implementation of public policies of inclusion is ineffective. Therefore, our objective is to make some observations on the inclusion of deaf students in the teaching / learning process, from bilingualism. Therefore, this study is justified by recognizing the need to include the Deaf in the educational process, given that this individual has been socially excluded, of being taxed unable to learn the same way that listeners (called normals). To achieve our goal, a bibliographic research was made through the following scholars: Lopes (2011), Quadros (1997), Mantoan (2003), Carvalho (2005), Sasaki (1997) Freire (1996), and others. As a result of this study, we present bilingualism as appropriate methodology to include the Deaf in the teaching / learning process, since it may be used in their mother tongue (LIBRAS in Brazil) and the Portuguese language, breaking the communication barrier. And so these individuals can achieve their goals as citizens, being included in the school and social environment equally.

Keywords: Inclusion, Deaf, Bilingualism.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	08
2 DA INCLUSÃO SOCIAL À ESCOLARIZAÇÃO DA INCLUSÃO: DISCUTINDO PARADIGMAS	10
2.1 Discutindo sobre Inclusão	10
2.2 Perspectiva da Educação Inclusiva	14
3 FILOSOFIAS EDUCACIONAIS NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM DE INDIVÍDUOS SURDOS	21
3.1 Oralismo e Comunicação Total	21
3.2 Bilinguismo como forma de inclusão de sujeitos surdos no processo de ensino/aprendizagem	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	36

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No decorrer do processo sócio-histórico, os Surdos vêm sofrendo com a falta de preparação da sociedade para incluí-los de forma significativa, ou seja, com direitos iguais em todas as instâncias da sociedade, inclusive na educação, pela qual, os mesmos poderiam desenvolver suas habilidades comunicativas.

Partindo do pressuposto de que a atual forma de inclusão se distancia dos ideais inclusivos, faz-se necessário incluir esses sujeitos no processo educacional, por isso é primordial rever os modelos e métodos de inclusão de surdos no processo de ensino/aprendizagem.

Nessa perspectiva pedagógica, a metodologia adequada e interativa por parte dos professores em relação a esses sujeitos é essencial para que eles sejam beneficiados por um processo de inclusão educacional, social, cultural, em que a forma ou as formas de ensino/aprendizagem surtam o efeito pretendido.

Desse modo, haveriam maiores possibilidades de esses alunos em especial aprenderem as disciplinas e matérias propostas de forma igualitária aos sujeitos que não possuem essa necessidade especial, sem sofrerem discriminação e/ou preconceito do ambiente escolar e da sociedade em geral.

Assim sendo, a metodologia de ensino deve ser favorável no que se refere à aprendizagem dos alunos surdos, ou seja, a transposição didática deve ocorrer através da Língua de Sinais com o acompanhamento de um intérprete, que é de grande importância para que o ensino seja produtivo. Diante disso, o objetivo deste estudo é tecer algumas considerações sobre a inclusão de alunos surdos no processo de ensino/aprendizagem, a partir do bilinguismo.

Nesse sentido, para nos guiar nessa pesquisa, foram feitos os seguintes questionamentos: o bilinguismo viria a ser uma peça importante na melhoria da educação, no que diz respeito à inclusão do Surdo? E, a mediação do conhecimento através da Língua de Sinais é fundamental para o processo de ensino/aprendizagem para esses sujeitos?

Diante disso, a construção desse trabalho justifica-se por trazer algumas discussões acerca da inclusão do Surdo no processo de ensino/aprendizagem, bem como discutir o processo de exclusão desse indivíduo no decurso da história da Educação.

Objetivamos, também, descrever brevemente o processo de inclusão educacional do surdo e apresentar as filosofias educacionais referentes ao processo de ensino/aprendizagem do aluno surdo, além de expor uma proposta de utilização do bilinguismo para efetivar a aprendizagem desse aluno.

Esse estudo fundamenta-se em teóricos que sustentam a ideia central dessa pesquisa, além de trazer as respostas para as inquietações que suscitaram o desenvolvimento desse trabalho, pelo qual abordou-se no geral a importância de se utilizar o bilinguismo como metodologia inclusiva.

Para tanto, foram usadas fontes bibliográficas como livros, periódicos dispostos na *web* e outros trabalhos acadêmicos. E como primeiro procedimento para o desenvolvimento dessa pesquisa, foram realizadas leituras críticas e em seguida buscamos refletir sobre a inclusão proporcionada através do bilinguismo. Assim, esses materiais serviram de suporte para a realização desse trabalho.

Os métodos que viabilizaram nosso estudo foram a leitura e fichamento da bibliografia que aborda a temática, a exemplo de Lopes (2011), Quadros (1997) e Skiliar (1999), intelectuais que prestigiaram a aprendizagem do surdo dentro e fora da escola, contribuindo de forma específica nessa pesquisa para que seja entendido que o surdo tem voz e vez no espaço educacional.

Esses intelectuais também apontam o bilinguismo como proposta idealizada para se obter uma educação de qualidade para os Surdos, focalizando a aceitação dessa proposta bilíngue como sendo a mais apropriada para o ensino a esses indivíduos, para que eles venham aprender com eficiência.

Em relação à estrutura desse trabalho, a mesma apresenta-se dividida em dois tópicos principais: no primeiro, intitulado “*Da inclusão social à escolarização da inclusão: discutindo paradigmas*” trouxemos algumas discussões acerca da inclusão e educação inclusiva; no segundo, intitulado “*Filosofias educacionais no processo de ensino/aprendizagem de indivíduos surdos*” fizemos algumas reflexões sobre a inclusão de indivíduos surdos no processo de ensino/aprendizagem através do Bilinguismo.

2 DA INCLUSÃO SOCIAL À ESCOLARIZAÇÃO DA INCLUSÃO: DISCUTINDO PARADIGMAS

2.1 Discutindo sobre a Inclusão

Diante do contexto legal da inclusão é necessário avaliarmos reflexivamente as políticas de inclusão, considerando paradigmas representativos que são protegidos em documentos nacionais. E, quando se fala em incluir, é necessário rever esse conceito como um processo de luta universal das pessoas com necessidades especiais.

Nesse sentido, a inclusão é um meio de garantir e valorizar o direito de cada indivíduo, por isso as discussões a respeito desse processo ainda geram polêmicas no meio social, político, educacional e cultural. As quais, depois de estudadas, debatidas e expostas à sociedade em geral, poderão gerar possíveis soluções para a inclusão, assegurando direitos para todos.

Nessa perspectiva, vale salientar que a inclusão está protegida por algumas leis, dentre elas pode-se destacar a Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que focaliza as diretrizes e bases da educação nacional. Nessa, em especial, há foco na inclusão dos indivíduos com necessidades especiais.

Assim, a inclusão pode ser representada como uma manifestação social em que todos devem se unir e trabalhar em prol de um único propósito, quebrar paradigmas que venham considerar o “outro” incapaz, procurando descaracterizar esse modelo de diferente ou deficiente, para que assim, a sociedade possa tratar a todos com igualdade, enxergando as diferentes peculiaridades que existem nas pessoas.

Quanto a isso, Sasaki (1997, p. 17) afirma:

A inclusão pauta-se em princípios até então considerados incomuns como: aceitação e celebração das diferenças individuais; valorização de cada pessoa; direito de pertencer, conviver dentro da diversidade humana representada por origem nacional; crença religiosa, gênero, idade, raça e deficiência; aprendizagem através da cooperação- solidariedade humanitária; cidadania com qualidade de vida.

Na perspectiva de se conviver com as diferenças, a inclusão é uma forma de interagir com o outro sem divisões, ou seja, enxergar na diversidade a responsabilidade de aceitar o indivíduo como ele é, atentando às peculiaridades que ele possui sem em momento algum torná-las empecilhos para a sua aprendizagem e vivência em sociedade.

Pensemos então que a palavra inclusão traz silenciada a concepção de exclusão, pois quando se enfatiza a ideia de incluir alguém, é porque esse se encontra excluído de algo ou algum meio. Então, essa dialética de inclusão e exclusão revela a necessidade emergencial de se rever posicionamentos e práticas, principalmente no ambiente escolar, quanto às necessidades especiais de alguns indivíduos, pois

Sabemos que as mudanças muitas vezes assustam, mas devem acontecer. Inovar não tem necessariamente o sentido do inusitado. As grandes inovações são muitas vezes a concretização do óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido por todos e aceito sem muitas resistências, se não aquelas que dão brilho e vigor ao debate das novidades. (MANTOAN, 2003, p.56)

Sendo assim, o ato de incluir deve ser entendido como uma prática pela qual todos têm acesso a diversas possibilidades de aprendizagem e podem usufruir de direitos básicos, com qualidade de vida. Podemos, aqui, citar o *Deaf Power** como exemplo. Ele foi um movimento empreendido pelos surdos americanos em 1998, influenciando os surdos brasileiros.

Movimento, este, que fundou estratégias de luta em prol da valorização e aprovação da sociedade em relação ao Surdo, e que defendia a ideia de que esse está apto a evoluir enquanto sujeito, ressaltando que o almejado era que ele fosse visto como diferente e não como deficiente. (HAGUIARA- CERVellini, 2003).

Através desse movimento os surdos buscavam conquistar seus direitos de reconhecimento e aceitação pela sociedade, demonstrando estar aptos a desenvolverem-se no convívio social independente da sua surdez, obstinados, assim, em mostrá-la como característica diferente e não como deficiência ou entrave à convivência.

Com isso, retratar os princípios morais da inclusão é efetivar a capacidade do outro e reconhecer as competências que cada um desenvolve dentro de seus limites, valorizando o potencial dessas pessoas de acordo com seu desenvolvimento, sem olhar suas limitações. Nesse sentido, Werneck (2008, p.1) afirma que:

O conceito de inclusão nos ensina não a tolerar, respeitar ou entender a deficiência, mas sim a legitimá-la, como condição inerente ao “conjunto humanidade”. Uma sociedade inclusiva é aquela capaz de contemplar sempre todas as condições humanas, encontrando meios para que cada cidadão, do mais privilegiado ao mais comprometido, exerça o direito de contribuir com seu melhor talento para o bem comum.

* Movimento social ocorrido nos Estados Unidos em prol da inclusão e aceitação dos Surdos em sociedade.

Assim, é necessário que a sociedade valorize o desenvolvimento educacional de todos e que a inclusão seja entendida como um meio que abre caminhos de conscientização de que todos merecem ter o direito a educação, independente de sua situação física ou mental. Quanto a isso, Mazzota (1998, p. 04) diz:

Construir uma educação que abranja todos os segmentos da população e cada um dos cidadãos implica uma ação baseada no princípio da não segregação, ou, em outras palavras, da inclusão de todos, quaisquer que sejam suas limitações e possibilidades individuais e sociais.

Deste modo, a inclusão deve ser uma forma de reconhecer os direitos individuais de qualquer ser humano, para que assim todos participem com dignidade da sociedade, e essa, por sua vez, ser capaz de aceitar a diversidade sem maiores restrições, concedendo o direito de igualdade para todos sem nenhum preconceito. Neste caso, vale ressaltar que a inclusão envolve o posicionamento da sociedade, em especial no que se alude à receptividade desses indivíduos. Colocando em pauta participação do sujeito na sociedade.

Nesse interim, Mantoan (2005, p.26) afirma que "Estar junto é se aglomerar com pessoas que não conhecemos. Inclusão é estar com, é interagir com o outro". Portanto, faz-se necessário se familiarizar e interagir com todos, para que, desse modo, sejam quebrados modelos de limitações de inclusão. Compreendendo que, mesmo estando diante de leis que amparam todo esse processo de inclusão, sabe-se que a expectativa ainda é muita escassa, pois os desafios ainda são enormes.

Ainda, afirma Mantoan (2003, p.14) que:

[...] em nível institucional, a extinções das categorizações e das oposições excludentes- iguais x diferentes, normais x deficientes- e, em nível pessoal, que busquemos articulação, flexibilidade, independência, entre as partes que se conflitavam nos nossos pensamentos, ações e sentimentos.

A partir desse posicionamento, compreende-se que a inclusão é fundamental para todo e qualquer ser humano. Percebe-se, assim, que todo esse movimento de aceitação ante as diferenças que existem, precisa ser iniciado com a conscientização do direito que todos têm de inclusão, independente da sua situação física como vem sendo mencionado anteriormente.

Assim, pensar em inclusão é enxergar um processo contínuo. A cada dia é preciso ser avaliada a questão de incluir. É necessário que seja extinta a ideia de separar as pessoas com

necessidades especiais e assim possibilitar a interação de todos, quebrando as regras da desigualdade, ou seja, aceitar e entender o outro, convivendo com pessoas taxadas de diferentes.

Para se compreender a inclusão, é necessário fazer um contraponto com a integração, que pode ser compreendida como o ato de integrar: seria apenas inserir esse indivíduo como um número a mais em uma sala, ou seja, apenas possibilitar a presença do sujeito, que tem necessidades especiais, em sala de aula. Nesse caso, esse processo é negativo, pois tende a apresentar condições desfavoráveis pelas quais aqueles, como por exemplo, a ausência de intérprete para alunos surdos.

A integração dos indivíduos com necessidades especiais se diferencia da regra de incluir como vem sendo enfatizado. Incluir refere-se a um conceito mais amplo de uma colocação incondicional do sujeito especial na sociedade ou no âmbito escolar. No tocante a esse assunto Doré *et al* (1996) e Mantoan (2003) defendem a inclusão por entenderem que a integração é uma forma de “incluir” com indiferença, dificultando a socialização desses indivíduos.

Nesse sentido, Mantoan (2003, p. 1) nos diz que:

Os movimentos em favor da integração de crianças com deficiência surgiram nos países nórdicos (Nirje, 1969), quando se questionaram as práticas sociais e escolares de segregação, assim como as atitudes sociais em relação às pessoas com deficiência intelectual.

Dito isso, compreende-se que esses indivíduos estavam “integrados” ao sistema educacional, porém segregados de outras pessoas ditas normais, não sendo reconhecidas as suas peculiaridades tampouco necessidades especiais, ou seja, esses indivíduos eram marginalizados na escola.

E ainda, a integração não viabiliza aos indivíduos com necessidades especiais condições apropriadas no sistema educacional, sendo que os mesmos são enquadrados a uma inserção sem perspectiva enquanto cidadãos. Mediante os esclarecimentos dos autores referente à integração, os indivíduos eram integrados a um sistema educacional que desvalorizava as potencialidades dos sujeitos ditos diferentes, já que a forma integracionista se mostra mais individualizada e condicional.

Assim, no paradigma integrativo “A sociedade em geral ficava de braços cruzados e aceitava receber os portadores de deficiência desde que eles fossem capazes de moldar-se aos tipos de serviços que ela lhes oferecia; isso acontecia inclusive na escola”. (SASSAKI, 1997, p. 32)

Desta forma, não eram oferecidas aos indivíduos com necessidades especiais oportunidades de inclusão real, já que estavam integrados a um sistema carregado de estereótipos, pois os mesmos, reféns desse modelo de integração, estavam sujeitos a uma educação sem qualidade, pelo fato de serem considerados incapazes.

Portanto, o que pode ser analisado é que se criou um estereótipo em torno dos indivíduos com necessidades especiais de que eles devem ser separados dos ditos normais e acabam sendo segregados em um mesmo ambiente sem o direito de terem a oportunidade de interagirem socialmente.

Por fim, espera-se que sejam realmente quebrados todos os paradigmas negativos em relação à aprendizagem do surdo, de preferência a do preconceito, promovendo uma vida digna para todas as pessoas, através dos benefícios da inclusão.

2.2 Perspectiva da Educação Inclusiva

A educação inclusiva é uma das formas de garantir a participação de todos os educandos com necessidades especiais no ambiente escolar e na sociedade, tendo em vista o despreparo para aceitação dos mesmos em salas de aulas regulares. Na atualidade, as lutas sociais produzem novos posicionamentos e formas de agir, em que a luta por direitos, por igualdades sociais, torna-se mote de vida para melhores oportunidades no desenvolvimento intelectual dos indivíduos que apresentam necessidades.

Assim, entende-se, a respeito do tema, que houve um considerável avanço em prol de uma educação digna e de qualidade. A dignidade, neste caso, significa o acesso desses indivíduos a todos os direitos, empreendimentos e projetos oferecidos pelo sistema educacional brasileiro, cabendo não só à Federação como também aos estados e municípios propiciarem cursos de formação, cursos técnicos, vagas suficientes nas universidades e todo e qualquer subsídio educacional que seja necessário à formação profissional desses sujeitos sociais.

Atendendo a estas necessidades acima discutidas, destacam-se as algumas diretrizes inseridas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que afirma:

A educação inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p.14).

A legislação brasileira assegura direitos educacionais a todos os indivíduos que apresentam necessidades especiais, inclusive ao Surdo, porém de forma tímida. É necessário por em prática projetos que assegurem plenamente o cumprimento dessas normas a fim de proporcionar uma educação de qualidade para esses sujeitos.

Assim, Carvalho (2005) comenta que no Brasil as leis garantem os direitos, mas na realidade é necessário ver resultados concretos, e entende-se por concreto leis garantidas pela Constituição Federal e que essas sejam divulgadas no meio educacional, nos meios de comunicação, nas instituições que divulgam cultura, nas redes sociais e na comunidade em geral, haja vista que se não houver uma participação da comunidade como um todo na valorização da educação de pessoas surdas, todos os esforços não “sairão do papel”.

Vale salientar que pessoas que convivem cotidianamente com surdos, principalmente no ambiente escolar, a saber, professores, alunos e funcionários da instituição escolar, podem e até mesmo devem adquirir conhecimento específico da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para que se amplie o universo de conhecimentos desses e se melhore, a partir daí, os conceitos atuais de língua e linguagem, sendo mais amplamente apreendidos, compreendidos e difundidos.

Nesse sentido, a educação é uma forma de pôr em prática os direitos de todas as pessoas, em especial as que apresentam necessidades especiais. Essas se tornam cidadãs conscientes de seus direitos que são, ainda que parcialmente, assegurados pela Constituição Brasileira, sugerindo para o presente e o futuro um ensino de qualidade. Assim é por demais pertinente a seguinte citação sobre a educação inclusiva:

O que se pretende na educação inclusiva é remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo a assegurar (o que a lei faz) e, principalmente garantir (o que deve constar dos projetos político pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executado), tomando-se as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem sucedida na escola (CARVALHO, 2005, p.72).

A educação inclusiva é um marco que com o passar do tempo vem se fortalecendo por meio de políticas educacionais, dentre as quais podemos apontar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9394/96 (BRASIL,1996), a qual focaliza que a perspectiva da educação inclusiva é aceita como política educacional, com intuito de garantir o aprendizado desses alunos diferenciados. Essa lei determina e assegura currículo, métodos, técnicas, e recursos educativos para que, assim, sejam respeitadas as suas necessidades.

Nas últimas décadas as discussões acerca dos direitos dos alunos que apresentam determinado perfil nas necessidades especiais, permitiram que aqueles direitos fossem assegurados na lei. No entanto, essas conquistas deveriam ser desenvolvidas de forma efetiva, principalmente no contexto acadêmico de formação de professores. Atualmente, as universidades não oferecem muitos cursos voltados para o ensino de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Desse modo, não são necessárias notícias nos jornais, nem pesquisa do censo, nem estatísticas altamente precisas para que a população no Brasil reconheça a grande necessidade de políticas públicas e educacionais voltadas para a inclusão não somente do surdo (que é objeto de estudo desse trabalho), mas também para inclusão de pessoas com outras necessidades especiais. Portanto, qualquer proposta educativa nesse sentido deve ser pragmática e sugerir soluções para um ensino de fato qualitativo.

Assim, a educação inclusiva fundamenta-se no modelo de escola que aceita todos os indivíduos independente de suas necessidades. Nesse sentido, Ferreira (2005) nos afirma que na educação inclusiva precisa ter um ambiente que possibilite a inserção de todos na escola, valorizando a diversidade de cada indivíduo no estabelecimento escolar.

Nessa perspectiva serão enfatizados aparatos legais como a formação continuada de professores voltados para o ensino de LIBRAS e as práticas pedagógicas utilizadas por estes, equipamentos didáticos e o uso de novas tecnologias que objetivem cumprir critérios criados através de movimentos mundiais educativos pró-inclusão e com isso oferecer melhores oportunidades de ensino para uma aprendizagem qualificada.

Deste modo, a perspectiva da educação inclusiva engloba estudos que enfatizam discussões em um aspecto: o de propiciar a efetivação da inclusão no sistema de ensino. Para que, dessa maneira, possa ser amenizada a exclusão de indivíduos surdos, e assim, sejam indicadas possibilidades a serem implementadas através das políticas educacionais como a prática e as demandas locais nas instituições.

Quanto a isso, Buenos (2001, p.27) acrescenta:

A perspectiva de inclusão exige, por um lado, modificações profundas nos sistemas de ensino; que estas modificações profundas nos sistemas de ensino [...] demandam ousadia, por um lado e prudência para outro;-que uma política afetiva de educação inclusiva deve ser gradativa contínua sistemática e planejada, na perspectiva de oferecer as crianças deficientes educação de qualidade; e que a gradatividade e a prudência não podem servir para o adiantamento “ad eternum” para a inclusão [...] mas [...] devem servir de base para a separação de toda e qualquer dificuldade que interponha a construção de uma escola única e democrática.

De forma abrangente, esclarecendo o que Bueno (2001) diz, a educação inclusiva pode ser vista como um movimento universal, político e social e também de cunho pedagógico que suscita a presença de todos os indivíduos, independentemente de sua condição física.

Movimentos e lutas em todo o mundo em favor e defesa das minorias apoiam transformações de práticas sociais em volta dos padrões da educação inclusiva. Faz-se necessário especificar a atuação da Conferência Mundial acerca das Necessidades Educacionais Especiais, ocorrida em Salamanca/Espanha no ano de 1994.

Essa evidenciou a idealização da Declaração de Salamanca, que trata dos ideais, “das políticas e práticas” de aceitação de alunos com necessidades educacionais especiais (MENDES e MATOS, 2014), a qual tem inspirado governos, ONG’s, institutos e instituições diversas no mundo inteiro a fim de sensibilizar as populações de cada país e localidade a interagir positivamente com a necessidade de o surdo engajar-se no meio social em que vive.

Em 1999, na Guatemala, realizou-se a Convenção Interamericana que se dispôs a retirar as variadas formas preconceituosas que cercam os indivíduos portadores de necessidades especiais nas escolas, identificando o ato de discriminação e combatendo-o, procurando fazer com que a comunidade escolar aceite aquele que é diferente, porém respeitando os direitos estabelecidos em favor desses indivíduos. (MANTOAN, 2003).

Cada pessoa é única e tem seu espaço a ocupar, suas necessidades, suas fragilidades, motivações e receios, portanto cada indivíduo com suas necessidades especiais, ou deficiência visual, deficiência física, tem suas potencialidades a serem aceitas no que se refere à educação.

Ela, por excelência, é um direito de todos e deve assistir e formar de tal modo o ser humano e em particular os indivíduos com necessidades especiais que esses possam por suas próprias forças, competências e habilidades conquistar sua liberdade e independência a partir dos conhecimentos que lhes são e serão proporcionados pelo e no ambiente escolar.

Por isso, a educação inclusiva deve ter a presença de todos no processo educacional, pois existe uma ideia universal de que há espaço para todos. Nesse sentido, Magalhães (2011, p.14) esclarece que:

Defender tal afirmação significa que o sistema escolar deve receber toda e qualquer clientela, independentemente de características físicas, cognitivas, comportamentais e psicossociais que as diferenciem da maioria da população e, fundamentalmente, lançar um olhar para as diferenças que circulam na escola.

Nessa perspectiva, devem ser criados eixos que venham nortear modelos de escolas estruturadas para receberem a diversidade em salas de aula. Escolas para serem inclusivas devem apresentar uma proposta curricular e metodológica compatível com as diferenças pessoais de cada indivíduo (BRASIL, *apud* MAGALHÃES, 2011, p.21).

Toda a escola, incluindo professores, alunos, funcionários, gestores e articuladores devem tomar posicionamento e cooperarem de maneira direta e efetiva na preparação do espaço escolar para receber e socializar o surdo, haja vista que esse possui uma necessidade especial que os outros não possuem, ou possuem de modo diferente do dele.

Como é notório a todos, não parece fácil aceitar o diferente. No entanto, todos os que frequentam a escola são seres humanos e como tais não são perfeitos. O que importa para esse estudo é que todos devem ter a possibilidade de superar suas dificuldades, sejam elas físicas, mentais, morais e/ou sociais e para isso necessita-se de uma união profunda de cada setor que coordena e participa do ambiente escolar.

Por isso, a educação inclusiva é importantíssima, urgente e necessária em um mundo tão complexo, moderno e desafiador. Muito mais desafiador é o processo de ensino/aprendizagem que o professor tem como meta. Dependerá, basicamente, do professor a articulação e mediação do conhecimento para o surdo.

Pois, embora seja auxiliado pelo intérprete, o professor deverá preparar-se de maneira profunda do ponto de vista didático, já que o surdo talvez não possua as mesmas imagens mentais, as quais predominam numa pessoa não surda e que são elaboradas a partir de impressões muitas vezes ligadas aos sons, enquanto que o surdo, pela falta da audição e em consequência da falta de voz talvez não produza os mesmos raciocínios e mesmas imagens mentais esperados pela sociedade ouvintista.

Como argumenta Jesus (2005, p.206):

[...] se quisermos uma escola inclusiva, precisamos pensar com o outro, precisamos de um processo de reflexão-ação- crítica dos profissionais que fazem o ato educativo acontecer. Se quisermos mudanças significativas nas práticas convencionais de ensino, precisamos pensar na formação continuada dos educadores.

Partindo desse pressuposto, as escolas devem percorrer novos horizontes em busca de conceitos curriculares que de algum modo possam viabilizar o aprendizado desses indivíduos com necessidades especiais, voltando-se para o pensamento de investir na preparação dos professores, colocando em pauta que o mais importante é a compreensão da valorização da “afetividade” e das “emoções” tanto do docente como do aluno surdo a fim de superar a insegurança e gerar segurança ao ser “educado.” Assim, a relação professor/aluno e ensino/aprendizagem vai ganhando força (FREIRE,1996).

Portanto, pode ser destacado o que Santos (1996, p.318) afirma em relação ao direito na diversidade: “Temos direito de sermos iguais, quando a diferença nos inferioriza; temos o direito de sermos diferentes, quando a igualdade descaracteriza”. Assim, diante do direito e igualdade, compreende-se que os indivíduos com necessidades especiais educacionais devem ser respeitados em suas diferenças.

No momento em que o sistema educacional estiver apto a discutir com a sociedade em geral a respeito de uma educação inclusiva, pode -se dizer que se está procurando construir meios que modifiquem a realidade educacional como um todo, ou seja, inserindo neste sistema a todos os indivíduos independentemente de cor, raça, classe social ,ou diferença física.

A educação inclusiva respalda-se na concepção de modelos de escolas que não selecionem indivíduos a partir de suas diferenças. A escola deve ser vista como um lugar social modelo que visa construir aprendizagem e aprendizagens, pautadas no respeito à diferença.

Assim, entende-se que a forma de inserir as pessoas com esse perfil, no campo educacional, não deve acontecer de maneira irresponsável, isto é “jogá-los” dentro de um sistema educacional que não possibilita um futuro promissor. O que deve ser garantido a essas pessoas são os direitos sociais que de fato lhes pertencem, a fim de alcançarem melhores condições sociais, econômicas, relacionais e culturais experimentando melhor qualidade de vida.

Dessa forma, a perspectiva da educação inclusiva assume o principal objetivo de possibilitar aos educandos surdos uma formação adequada e propiciar o desenvolvimento das habilidades e competências comunicativas: de leitura, escrita, oralidade e interpretação.

3 FILOSOFIAS EDUCACIONAIS NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM DE INDIVÍDUOS SURDOS

3.1 Oralismo e Comunicação Total: Primeiras possibilidades

Na atualidade, muito se escuta falar nos surdos e na Língua de Sinais, no entanto, o que se sabe da história desses indivíduos? Nesse sentido, é pertinente relatar um pouco da história da educação dos surdos, observando os momentos desafiadores pelos quais eles passaram em busca da conquista dos seus direitos na sociedade. Como comenta Sá (2003, p. 89) “a situação a que estão submetidos os surdos, suas comunidades e suas organizações, no Brasil e no mundo, têm muita história de opressão para contar”.

Assim, como salienta Falcão (2011), essa história apresenta peculiaridades e fases difíceis pelo fato de que a pessoa surda era considerada “maluca,” sendo rotulada como incapaz de aprender da mesma forma de uma pessoa dita “normal” mentalmente. Portanto essa história apresenta uma trajetória de luta, sofrimento e proibição na vida desses indivíduos.

O que se sabe é que, na antiguidade, os surdos eram rotulados de não serem humanos, pois se tinha a ideia de que a fala era algo que caracterizava o ser humano como normal. Nessa perspectiva, “Acreditava-se que o pensamento não podia se desenvolver sem a linguagem e que a fala não se desenvolvia sem a audição: quem não ouvia, portanto, não falava e não pensava” (STREIECHEN, 2012, p. 13). Nesse sentido, os surdos não tinham direito a nada e eram vistos como indivíduos incapacitados de exercer qualquer atividade se não aprendessem a falar, e, por causa disso, não podiam ser escolarizados.

Para reforçar esse preconceito, em certo momento da história o filósofo Aristóteles afirmou que via o ouvido como órgão muito importante para a educação, o que significava que o surdo seria incapacitado para receber ensinamentos naquele dado momento (HONORA, FRIZANCO, 2009). No final da idade média esse quadro muda e, assim, a educação e a vida dos Surdos começa a ser analisada de outra forma, pois, nessa época aparece a oportunidade de se efetivar a educação e a aprendizagem de crianças surdas.

No século XVI, surge o médico italiano e educador de surdos Geroloma Cardano (1501-1576), o qual “concluiu que a surdez não prejudicava a aprendizagem, uma vez que os surdos poderiam aprender a escrever e assim expressar seus sentimentos” (JANNUZZI, 2004, p. 31). Conforme Soares (1999) Cardano afirmou que o surdo teria capacidade de raciocinar

sem os sons da fala ou ideias do pensamento que devem ser representados pela escrita, dessa forma, a surdez não seria impedimento para os surdos obterem conhecimento.

É perceptível que, para o Educador Cardano, o surdo teria condições de desenvolver sua aprendizagem, desde que fosse “educado e instruído”. Retirando a ideia de que a surdez possa ser um empecilho no desenvolvimento educacional desse indivíduo.

Ainda, surgiram outros educadores como: Johann Conrad Amman (1669-1724), Jacob Rodrigues Pereira (1715-1780), Samuel Heinick (1729-1790), defendendo a corrente filosófica de ensino para Surdos denominada Oralismo, enfatizando que esses indivíduos poderiam aprender se a fala fosse utilizada, sendo necessário receber treinamento oral, para que o uso da língua fosse dominada por eles.

Percebe-se neste contexto que a educação dos surdos estava causando discussões, embora o único propósito fosse o desenvolvimento educacional destes. Os diferentes métodos pedagógicos eram utilizados de forma limitada, quanto à leitura e à escrita, portanto os conteúdos apresentados, por vezes não eram dominados de forma eficaz pelos educandos.

Assim, faz-se necessário conhecer as filosofias educacionais para entender melhor a dificuldade de aprendizagem encontrada por esses indivíduos sem condições de escolher e participar de uma educação voltada não somente para a aprendizagem em si, mas também para a aquisição de valores humanos, culturais e sociais.

São abordados a seguir conceitos e enunciações, evidenciando as três filosofias educacionais para o ensino e aprendizagem do aluno surdo, cada uma com seus prós e contras, destacando, em primeiro plano, que estas foram e ainda hoje servem como veredas a serem analisadas e estudadas, buscando um espaço de reflexão que venha favorecer caminhos educacionais presentes e futuros.

Os autores dessa área como Goldefeld (2010) afirmam que a primeira filosofia educacional para ensino a surdos é a metodologia Oralista, a qual se utilizava da fala como único meio de educá-los, pois acreditava que a comunicação seria uma prática importante para o desenvolvimento cognitivo desses indivíduos. Eles deveriam aprender através da leitura labial.

Mas, havia um problema: os surdos não estavam preparados para esse ensino oral, sendo forçados a falar como ouvintes, pois os mesmos, não se utilizavam da audição para desenvolver esse tipo de ensino. Assim, não se atribuíam valores educacionais ao surdo. Esse estava em segundo plano. A oralização, na verdade, beneficiava muito mais a pessoa que sabia falar e podia ouvir, do que o surdo que não podia, nem sabia fazê-lo de forma natural.

Desse modo, o Oralismo (Língua oral do país) é uma filosofia e metodologia de ensino/aprendizagem utilizada na educação do surdo, a qual visa à integração desse indivíduo na comunidade ouvinte. Essa metodologia ressalta que as potencialidades do surdo seriam desenvolvidas através da fala (PEREIRA, 2011). Entretanto, essa visão pedagógica defendia uma educação com padrões ouvintistas, ou seja, a aprendizagem do surdo deveria ser através da fala, assim como a aprendizagem das pessoas que escutavam.

Assim, criou-se um estigma de que a pessoa surda teria que aprender a falar como as pessoas ouvintes, caso contrário, eram vistas de forma preconceituosa pela sociedade, a qual os desvalorizava devido à surdez. Devido a esse preconceito, legitimado na época, o surdo encontrava obstáculos na aquisição de uma educação adequada.

Nesse sentido, Lopes (2011, p. 43) afirma que “A surdez, [era] entendida como um problema de saúde, castigo ou algo a ser corrigido, era tratada de forma a minimizar seus efeitos aparentes, fazendo-se os sujeitos surdos falarem como se fossem ouvintes”. Esse método, embora eficaz, em parte, não atingiu os objetivos esperados em relação à aprendizagem do surdo, haja vista que era considerado, de certa forma inferior às outras pessoas ouvintes.

Como afirma Lopes (2011, p. 62):

As relações de dominação orientadas pela filosofia Oralista de educação de surdos operavam sobretudo através da relação de poder/saber [...] estabelecidas quando, mesmo contra a vontade surda, as estratégias apontavam para a necessidade e a naturalização dos processos vividos.

A filosofia educacional Oralista foi uma das primeiras a ser defendida por vários estudiosos por entenderem que essa metodologia seria a mais apropriada na educação dos surdos. Esses indivíduos passaram por um processo de grande dificuldade com esse tipo de ensino, voltado para língua oral ou auditiva, pois aqueles que não conseguiam se adaptar ao método, eram rotulados de retardados, ou seja, as pessoas estavam unicamente preocupadas com a normatização dos surdos (HONORA,FRIZANCO, 2009). Com isso, eles deveriam aprender a falar, da mesma forma que a comunidade ouvinte.

Por mais que a filosofia Oralista tentasse normatizar o surdo, com a proposta de ensino oral, pode-se ressaltar que esse ensino seria sempre artificial, pois o aluno surdo não poderia desenvolver a aquisição dessa língua. Por isso, esse ensino oral não foi o mais adequado para a aprendizagem desse indivíduo, sendo sempre artificial devido à imposição da fala, situação contrária à sua realidade natural.

Então, segundo Quadros (1997, p. 22) o Oralismo: “Não permite que a língua de sinais seja usada nem na sala de aula nem no ambiente familiar”. Por isso, com o uso forçado dessa metodologia o indivíduo surdo não conseguiria alcançar seu objetivo que era uma formação acadêmica de qualidade, ocasionando uma situação de desigualdade na transmissão, aquisição e decodificação dos conteúdos a serem repassados na escola e na relação entre docente e discente e entre o docente e a sociedade em que está inserido.

Portanto, o Oralismo apresenta resultados desagradáveis no desenvolvimento da linguagem do surdo. Como apresenta Sacks (1990, p.45) *apud* Quadros (1997, p.22):

O oralismo e a supressão do Sinal resultaram numa deterioração dramática das conquistas das crianças surdas e no grau de instrução do surdo em geral. Muitos dos surdos hoje em dia são iletrados funcionais. Um estudo realizado pelo colégio Gallaudet em 1972 revelou que o nível médio de leitura dos graduados surdos de dezoito anos em escolas secundárias nos Estados Unidos era equivalente apenas à quarta série; outro estudo, efetuado pelo psicólogo britânico R.Conrad, indica uma situação similar na Inglaterra, com os estudantes surdos, por ocasião da graduação, lendo no nível de crianças de nove anos(...).

Porém, mesmo com resultados desagradáveis, no final do século XIX foi decidido no Congresso de Milão em 1880 a permanência do método Oralista que acreditava que a voz é a única ferramenta primordial para a comunicação desses indivíduos, e, por isso, a Língua de Sinais foi rejeitada e excluída da educação o que causou profunda transformação educacional na vida dos surdos. O processo educativo do qual eles faziam parte se tornou, assim, um meio de isolamento e exclusão.

Nesse sentido, Goldfeld (2010, p.31) nos diz que:

O Oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada pela estimulação auditiva. Essa estimulação possibilitaria a aprendizagem da língua portuguesa e levaria a criança surda a integrar-se na comunidade ouvinte e desenvolver uma personalidade como a de um ouvinte. Ou seja, o objetivo do Oralismo é fazer uma reabilitação da criança surda em direção à normalidade.

A finalidade da metodologia Oralista era transformar o surdo em um ser falante. Como destaca Capovilla (2000, p. 102) ao apontar essa metodologia na comunicação dos indivíduos surdos:

O método Oralista objetivava levar o surdo a falar e a desenvolver a competência linguística oral, o que lhe permitiria desenvolver-se emocional, social e cognitivamente do modo mais normal possível, integrando-se como um membro produtivo do mundo dos ouvintes.

Para quem escuta, falar é algo necessário e fácil, pois carregam essa modalidade da linguagem em sua mente desde o nascimento, ou seja, não precisam ser forçados, pois

naturalmente a exercem. Mas, quando se pensa em uma pessoa surda essa trajetória muda, pelo fato de não ouvirem e assim não conseguirem assimilar as palavras em suas mentes, sendo forçados a realizar algo para o qual não estão preparados.

Como consequência, a Filosofia Oralista, na condição de impor aos surdos a aquisição da língua oral, sofre marcas fortes de negatividade até hoje como, por exemplo, trouxe para o sistema de ensino muitos surdos analfabetos, por não desenvolverem sua língua de modo natural. (STREIECHEN, 2012). E, por isso, o surdo deveria discernir os sons para assim desenvolver sua fala.

Enfim, para alguns defensores dessa filosofia a linguagem mais apropriada para a comunicação dos surdos deveria ser a língua oral. Assim, a oralidade, nessa metodologia, era vista como o único recurso na educação do surdo, ou seja, ou ele aprenderia a falar ou não atingiria os objetivos propostos pelo sistema de ensino da época.

Com a insatisfação imposta pelo o uso do Oralismo na educação dos surdos, surge outra filosofia educacional na aprendizagem desses indivíduos, como afirma Cialdine (2012, p.12) a chamada “Comunicação Total”(CT) a qual utiliza-se de todos os meios comunicativos, como: a “língua oral”, “língua de sinais”, “leitura labial”, “mímica” e todos os recursos que venham possibilitar a comunicação.

O que se colocava como argumento a favor da CT é que esta seria uma filosofia que não se oporia à diferença surda, mas que possibilitaria aos indivíduos acesso a várias formas de aprendizagem e de interlocução linguística, ou seja, os surdos aprenderiam não apenas o português, mas também a língua de sinais. (LOPES, 2011, 63).

Essa filosofia visava fazer acontecer, de forma satisfatória, a comunicação entre surdos e ouvintes, possibilitando a esses indivíduos oportunidades de um mecanismo comunicativo tanto no âmbito escolar como no familiar. Ao expor a proposta da Comunicação Total na educação do surdo, é viável relatar a preocupação dessa filosofia no processo de ensino/aprendizagem desse indivíduo, pois a Comunicação Total acredita na liberdade que o surdo tem em escolher a linguagem que seria mais apropriada para seu convívio social.

Segundo Ciccone (1996, p.06-08):

A Comunicação Total é uma filosofia de trabalho voltada para o atendimento e a educação de pessoas surdas. Não é, tão somente, mais um método na área e seria realmente, um equívoco considerá-la, inicialmente, como tal (...). A Comunicação Total, entretanto, não é uma filosofia educacional que se preocupa com ideais paternalistas. O que ela postula, isto sim, é uma valorização de abordagens alternativas, que possam permitir ao surdo ser alguém, com quem se possa trocar ideias, sentimentos, informações, desde sua mais tenra idade. Condições estas que permitam aos seus familiares(ouvintes, na grande maioria das vezes) e às escolas

especializadas, as possibilidades de, verdadeiramente, liberarem as ofertas de chances reais para um desenvolvimento harmônico. Condições, portanto, para que lhe sejam franqueadas mais justas oportunidades, de modo que possa ele, por si mesmo lutar em busca de espaços sociais a que, inquestionavelmente, tem direito.

A Comunicação Total em contraponto ao Oralismo veio quebrar o paradigma em relação ao diferente, pois a mesma respeita e convive com as diferenças das pessoas surdas, procurando defender o diálogo como ponte necessária da pessoa surda com sua família; algo importante para a CT, com o ouvinte e a sociedade em geral.

Por mais que essa filosofia procure abordar meios pelos quais se venha a proporcionar ao surdo melhores condições de comunicação, ela também não foi muito aceita devido à simultaneidade da fala e do sinais, podendo ser chamado de bimodalismo, que se trata de duas línguas diferentes vindo ocasionar dificuldades na aprendizagem dos alunos surdos.

[...] Não há como fazer o uso de duas línguas simultaneamente; portanto, o bimodalismo não favorecia o aprendizado da língua de sinais para que o português fosse ensinado. A questão em jogo era o ensino da língua majoritária. Em última instância, a CT seria muito mais produtiva para os ouvintes que conviviam com os surdos do que para os próprios surdos. (BRITO, 1993, apud, LOPES 2011, p. 63).

Essa proposta, no entanto, também não foi muito aceita. Desse modo, Goldfeld (2010, p. 42) nos diz que:

A língua de sinais, no entanto, não é utilizada de forma plena, como poderia ser. A Comunicação total não privilegia o fato de esta língua ser natural (surgiu de forma espontânea na comunidade surda e carrega uma cultura própria, e cria recursos artificiais para facilitar a comunicação e a educação dos surdos, que podem provocar uma dificuldade de comunicação entre surdos que dominam códigos diferentes da língua de sinais.

O que realmente essa filosofia aborda é a existência de várias formas de comunicação em que o surdo poderá desenvolver de forma clara um processo comunicativo espontâneo, ou seja, a CT defende a utilização de alguns métodos comunicativos, que quando usados juntos são capazes de dinamizar e organizar melhor a percepção e o aprendizado desses indivíduos.

Em geral, a Comunicação Total não estava preocupada em estabelecer uma única forma de diálogo, compreensão de mundo, modo de expressão e/ou enunciação por parte do indivíduo surdo. O principal objetivo dessa filosofia educacional estava pautado na utilização de diversos meios de comunicação, para o uso destes, quando necessário, [...] “buscando trazer para sala de aula os sinais utilizados pelas comunidades de pessoas surdas” (GÓES, 1996, p. 40). A meta da CT seria proporcionar o desenvolvimento cognitivo do indivíduo

surdo, deixando-o à vontade nesse meio de interação que acontece principalmente no ambiente escolar, familiar e na sociedade em que vive.

Essa filosofia valorizava as diferenças educacionais, visando desenvolver a comunicação e interação espontânea, permitindo ao surdo sentir-se parte atuante e importante, criando, recriando, representando e externando suas experiências, relacionamentos, emoções e aprendizagens vividas, em todos os âmbitos e em todos os contextos sociais, tudo possibilitado pela comunicação. É oportuno ressaltar que para o contexto em que foram desenvolvidas essas filosofias educacionais, talvez, elas tiveram resultado produtivo, mas para o presente, acreditamos que a sociedade mudou consideravelmente e essa filosofia não dá conta do contexto tão dinâmico e controverso contemporâneo de aprendizagem.

3.2 Bilinguismo como forma de inclusão dos sujeitos surdos no processo de ensino/aprendizagem

A língua é importante e necessária na vida de todo e qualquer ser humano, pois é através dela que os falantes de uma comunidade se desenvolvem socialmente, ou seja, reconhece-se que através dela a interação entre as pessoas ocorre, favorecendo vivência em comunidade.

Nesse pensamento, a língua não é apenas para “expressar nossos pensamentos mas interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais”(HALL, 1997, p. 44). A partir disso, compreendemos que a língua está ligada a cultura de um povo, e ao falar os indivíduos acabam por exteriorizar os significados presentes na cultura.

Por isso, diante da importância dada à interação, faz-se necessário dizer que o Surdo enquanto falante, consegue desenvolver sua língua de forma espontânea, a qual proporciona a participação direta desses e os possibilita ter acesso aos conhecimentos que existem na sociedade, viabilizando o seu desenvolvimento intelectual. Segundo Goldfeld (2010, p.16), “[...] a linguagem está sempre presente no sujeito, até quando este não está se comunicando com outras pessoas; assim ela constitui o sujeito, a forma como este recorta e percebe o mundo e a si próprio”.

Desse modo, para o Surdo, a língua pode ser vista como um meio de acesso ao processo educativo, pelo qual o mesmo poderá alcançar uma aprendizagem significativa, sem

desprezo do sistema escolar e de toda a sociedade. Podendo desenvolver-se, assim, da mesma forma que os ouvintes.

De acordo com Souza (2015, p.5)

a cada novo ato comunicativo a língua se renova, transformando-se em novas possibilidades de utilização, logicamente, vale salientar que isso ocorre em detrimento do contexto social do indivíduo. E, desse modo, a língua evolui conforme o desenvolvimento comunicativo dos falantes, e esse critério evolutivo pode ser atribuído a toda língua natural. De igual forma, também se atribui às Línguas de Sinais, tendo em vista que elas são naturais às comunidades dos falantes surdos.

Mas, essa concepção só nos é apresentada a partir do século XX depois de uma trajetória de luta, sofrimento e proibição na vida desses indivíduos. Isso ocorreu pelo fato de que, anterior a esse século a pessoa Surda era considerada “maluca”, “doida”, “violenta”, sendo rotulada como incapaz de aprender da mesma forma que uma pessoa dita normal aprenderia (FALCÃO,2011). Por isso, pesquisadores foram em busca de possibilidades na transformação da educação do Surdo.

Durante o desenvolvimento da educação dos surdos, marcando o início da criação de metodologias que favoreceram a aprendizagem, um nome que merece destaque é Pedro Ponce de Leon (1510-1584) um monge beneditino, tutor de vários surdos, a quem coube mostrar, pelo menos de maneira primária, que o indivíduo Surdo era capaz de aprender, mesmo que a interação com o mundo exterior não fosse completa. Seu trabalho foi divulgado na Europa, valorizando o ensino da escrita e a seguir o ensino da Língua de Sinais (HONORA,FRIZANCO, 2009).

Dessa forma, o processo educativo do Surdo ganha forças, pois educadores estudaram sobre a comunicação e a educação dos surdos. E outros contextos históricos vão surgindo, mostrando a capacidade desses indivíduos. Por isso, outro nome importante que merece destaque com relação à educação do surdo é o abade Charles Michel de L' Epée (1712- 1789) que foi reconhecido como pai dos surdos devido à sua defesa em prol do uso da Língua de Sinais como sendo apropriada no desenvolvimento comunicativo desses sujeitos. Ele teve a oportunidade de estudar a Línguas de Sinais para assim conseguir comunicar-se com os as pessoas surdas, fundou a primeira escola pública para surdos em 1760: *Instituto de Surdos Mudos de Paris*.

Segundo Goldfeld (2010, p. 28-29) “L'Epée se aproximou dos surdos que perambulavam pelas ruas de Paris, aprendeu com eles a língua de sinais e criou os ‘Sinais Metódicos’, uma combinação da língua de sinais com a gramática sinalizada francesa”. A

partir disso, percebemos que ele se preocupou em recriar a partir da língua já existente, outro método que facilitasse a educação desses indivíduos.

Assim, esclarece Lopes (2011, p. 45) quando afirma que:

O método de L'Épée consistia em ensinar sinais que correspondiam a objetos específicos e mostrar desenhos quando queria que os surdos compreendessem algumas ações, depois procurando associar o sinal com a palavra em francês. Quando não havia sinal para expressões abstratas, L'Épée buscava diretamente na visibilidade da escrita uma explicação

Lopes (2011) ainda afirma que o método de L'Épée, no processo de ensino/aprendizagem não era algo aleatório, sem base científica e sem um trabalho pedagógico bem elaborado e sistemático. Este envolvia muito trabalho, conhecimento de causa e interesse pelo progresso na educação do surdo. Esse fato veio enriquecer enormemente a luta em prol de um ensino adequado para esses indivíduos, através da elaboração, sistematização e efetiva validade da língua.

A partir disso, procurando de forma concisa compreender o desenvolvimento cognitivo do aluno surdo no processo de ensino/aprendizagem nos é apresentada por alguns educadores a corrente filosófica do bilinguismo como proposta primordial para o ensino a indivíduos Surdos. Com os postulados teóricos, metodológicos, e pedagógicos dessa corrente, aqueles poderão ter acesso a sua língua materna, como primeira língua, e como segunda língua a que for majoritária da comunidade ouvinte, a oficial do seu país, no caso do Brasil, o português.

Sobre essa perspectiva Lacerda (2007, p.1) discorre:

A educação dos surdos deve priorizar, inicialmente, o desenvolvimento da língua de sinais (L1) pelo contato das crianças com adultos surdos usuários desta língua e participantes ativos do processo educacional de seus pares e, a partir dela, devem ser expostos ao ensino da escrita da língua portuguesa. Esta proposta educacional considera, assim, as particularidades e materialidade das línguas de sinais e os aspectos culturais a ela associados e pressupõe que os educadores participantes tenham domínio das línguas envolvidas - a língua brasileira de sinais (Libras) e a língua portuguesa - e do modo peculiar de funcionamento de cada uma delas em seus diferentes usos sociais. Desse modo, os processos de ensino-aprendizagem devem adotar procedimentos metodológicos e contemplar um currículo que considere a diversidade sócio-cultural e lingüística em jogo e, para tal, deve-se tomar como base os estudos sobre ensino-aprendizagem de segunda língua (L2) e sobre o ensino de línguas para estrangeiros.

Nessa perspectiva de se estudar a educação dos alunos surdos, deu-se início às propostas educacionais que começaram a ser organizadas com apoio no Decreto 5626/05 que fundamentou a Lei de LIBRAS (Língua Brasileiras de Sinais). E assim, os surdos

conseguiram ter direito a utilização dessa língua, como também o português na modalidade escrita. Dessa forma o Surdo passa a ter a oportunidade de uma educação bilíngue.

O bilinguismo tem como propósito possibilitar ao indivíduo Surdo condições de desenvolver sua língua sem dificuldades, pois com a utilização da Língua de Sinais como sendo a primeira língua e como mediadora da segunda, a língua portuguesa, o aluno surdo pode desenvolver sua cognição.

A Língua de Sinais proporciona aos surdos a oportunidade de adquirir qualquer forma de conhecimento, sem atrasos e/ou impedimentos, e partir dela ver o mundo de forma diferente; formar opinião e ter acesso aos bens de sua cultura. E, quanto à aquisição da Língua Portuguesa por parte do surdo, esta é essencial, pois existe a necessidade primária de se entender a língua oficial do país, para assim alcançar a comunicação de forma satisfatória na modalidade escrita.

A partir do momento em que no Brasil surgir e se reforçar, nas escolas, uma educação bilíngue, ela poderá proporcionar de forma ampla a esse indivíduo Surdo uma inclusão verdadeira no processo educacional de modo adequado, utilizando-se das duas línguas para isso.

Quanto a isso, podemos recorrer a Cialdine (2012, p. 15) que nos diz que “[...] a escola (professores e funcionários) deve estar preparada para adequar-se à realidade assumida e apresentar coerência diante do aluno e da família. É preciso disponibilizar ao aluno a aprendizagem da LIBRAS como, também, do português”. Em prol seguinte propósitos: a permanência do aluno surdo na escola e principalmente o desenvolvimento da aprendizagem.

Vale ressaltar que, sempre existirão algumas divergências no que se refere à inclusão do aluno surdo, haja vista que dentro do ambiente escolar ainda há determinados comportamentos preconceituosos e/ou segregadores, mediante os quais esses indivíduos são isolados e a aprendizagem não acontece. Portanto, Grande (2006, p.15) afirma que falar em “inclusão é atender a todos na escola, incorporar a diversidade sem nenhum tipo de distinção, ou seja, oferecer educação de qualidade para todos”.

Desta maneira, é essencial e urgente defender que a inclusão do aluno surdo deve acontecer e que as escolas atentem para esse requisito: o de possibilitar ao aluno surdo, condições de aprender. Dito isto, pensemos que o interessante na corrente filosófica do bilinguismo é que essa considera a interação entre as duas línguas, para que o Surdo desenvolva suas capacidades cognitiva, emocional, cultural, independentemente do local em que vive e da situação social em que esteja inserido.

Na atualidade, a luta em favor da inclusão do surdo tem surtido muitos efeitos. O fato de o aluno surdo possuir essa peculiaridade não o impede de aprender. A inclusão do bilinguismo na escola contemporânea pode não abrir todos os caminhos no desenvolvimento da linguagem e da interação do Surdo na e com a sociedade, porém incentivará e deverá proporcionar o desenvolvimento da comunicação, de forma abrangente.

Assim, conforme Lopes (2011, p. 66) nos diz: “A definição de uma proposta bilíngue de educação de surdos implica a definição das línguas em que os sujeitos são capazes de se pronunciar e dos contextos em que os fazem”. Nessa perspectiva, Quadros (2000,p.54) contribui afirmando que, “Quando me refiro ao bilinguismo, não estou estabelecendo uma dicotomia, mas sim reconhecendo as línguas envolvidas no cotidiano dos surdos, ou seja, a Língua Brasileira de Sinais e o Português no contexto mais comum do Brasil.”

A proposta do bilinguismo é o reconhecimento do indivíduo Surdo em seu contexto diferencial de cultura, reconhecendo a língua da comunidade em que esse sujeito está inserido, que precisa ser aceita e respeitada por todos, principalmente nas escolas, por ser um local de ensino, garantindo, assim, um nível educacional de qualidade para todos os alunos surdos.

Para essas razões citadas acima, Skutnabb- Kangas (1994, p. 152) afirma:

- a) Que todos os seres humanos têm direitos de identificarem-se com uma língua materna (s) e de serem aceitos e respeitados por isso;
- b) Que todos têm o direito de usar sua língua materna em todas as situações oficiais (inclusive na escola);
- c) Que qualquer mudança que ocorra na língua materna seja voluntária e nunca imposta.

Uma educação bilíngue é aquela pautada em princípios de inclusão de todos os alunos, independentemente de sua especificidade, no ambiente escolar regular. Entretanto, podemos defender que a inclusão do Surdo não deve ser comparada de igual modo ao dos ouvintes e sim nas diferenças. Como vem esclarecido na Declaração de Salamanca: que todas as pessoas têm direito à educação, com a oportunidade de alcançar o nível adequado de aprendizagem; todos os seres humanos trazem consigo características, competências e necessidades únicas de aprendizagem (UNESCO, 1994).

Nesse sentido, Lerner (2002) afirmar que, atualmente existem muitos desafios para as escolas e um deles é fazer com que todos os alunos sejam participantes da comunidade de

leitores e escritores, fazendo desses indivíduos seres humanos capacitados a exercer suas atividades de forma igualitária aos ouvintes.

Portanto, é necessário que o Surdo desde criança esteja em contato com sua língua materna para que, assim, ele possa desenvolver uma aprendizagem adequada quanto ao uso dessa língua, bem como o português em sala de aula. Para isso, é importante que a família tenha conhecimento daquela e a escola esteja preparada para utilizar essa metodologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento escolar de indivíduos surdos deve ser guiado pelos princípios da inclusão, os quais devem estar intrínsecos às metodologias que fazem o processo de ensino/aprendizagem acontecer, por isso, nesse trabalho, nos propomos a tecer algumas considerações sobre a inclusão de alunos surdos no processo de ensino/aprendizagem através do bilinguismo.

Então, a partir do presente trabalho, foi possível alcançar algumas conclusões sobre a inclusão de surdos no processo de ensino/aprendizagem. Dessa forma, verificamos que a luta do surdo em prol da educação de qualidade passou por duros processos, pois esses indivíduos sofreram o preconceito social, sem a oportunidade de assumirem sua surdez enquanto cidadãos. Sendo assim, vale ressaltar que devido a surdez esses indivíduos eram considerados pessoas incapacitadas e a inclusão seria um problema, devido a não aceitação da sociedade em incluí-los de forma adequada no processo educacional.

Desse modo, foi necessário compreender que a inclusão do aluno surdo no âmbito escolar é fundamental para a aprendizagem desses indivíduos. A partir disso, percebemos também que a inclusão ganhou forças devido às leis que asseguram essa implementação, as quais exigem do sistema escolar possibilidades que possam valorizar a função do educador e dos direitos para os educandos surdos.

Com os postulados teóricos aos quais recorreremos, percebemos que a inclusão proporciona a interação dos alunos surdos, em escolas regulares, possibilitando assim benefícios para todos, compreendendo que a convivência permite o reconhecimento das singularidades de cada um, podendo dessa forma vivenciar a concepção de igualdade. Além disso, seja a educação dos surdos ou dos ouvintes, deve-se primar por um processo de ensino/aprendizagem de qualidade, desde que venha oferecer a todos iguais possibilidades de aprendizagem, favorecendo autonomia e criatividade para cada educando.

Então, o processo educacional inclusivo deve ser aquele que envolva todos nesse sistema, como pais, professores, escolas e a sociedade no geral, procurando de forma concisa mostrar a importância que tem esse processo, em todos as esferas (em especial na educação do aluno surdo), com a participação de todos que fazem parte do sistema escolar, com o intuito de traçar planos educacionais, de acordo com a realidade de cada indivíduo.

Diante dos desafios, em relação à educação dos surdos, os mesmos conseguiram conquistar seu espaço a partir do século XV, com os modelos educacionais direcionados para

as pessoas surdas, estudadas há muito tempo. No entanto, os modelos educacionais, trouxeram para a vida dos surdos algumas vantagens e desvantagens no seu desenvolvimento linguístico.

Assim, foi possível perceber que as possibilidades no processo educacional dos surdos ganharam prioridades. Em relação a isso, podemos destacar o abade Charles Michel de L'Épée, pesquisador que estudou o uso da língua de sinais como sendo a mais apropriada para o desenvolvimento comunicativo do surdo.

Mas, como a educação dos surdos não foi muito fácil entrou em questão outro modelo educacional, o qual foi denominado oralismo, que dizia prezar pelo bem estar do surdo e que esse só aprenderia se a fala fosse utilizada. Percebemos evidentemente que nessa metodologia há um desrespeito ao indivíduo surdo, pois eles não estavam preparados para desenvolver a fala oral.

Devido a insatisfação imposta pelo uso do Oralismo na educação dos surdos, surge outra filosofia educacional utilizada na aprendizagem desses indivíduos, a chamada Comunicação Total (CT) a qual se utilizava de todos os meios possíveis para efetivar a comunicação. Essa filosofia também não foi a mais apropriada para o desenvolvimento educacional do surdo, pois se utilizava de duas línguas (a falada e os Sinais), dificultando assim a aprendizagem dessas pessoas.

Ainda em sequência histórica, procurou-se compreender o desenvolvimento cognitivo do aluno surdo no processo de ensino e aprendizagem, através da corrente filosófica do bilinguismo como proposta primordial, para que a pessoa surda pudesse ser educada com sua língua materna (Língua de Sinais) e a Língua Portuguesa na modalidade escrita.

Com o bilinguismo, a Língua de Sinais ganha força, proporcionando ao Surdo um processo de aprendizagem linguística com mais segurança, ou seja, com essa proposta bilíngue o indivíduo surdo vive o reconhecimento de sua cultura, através do uso da língua da comunidade em que o sujeito está inserido que precisa ser aceita e respeitada por todos, principalmente nas escolas, por ser um local de ensino, garantindo, assim, um nível educacional de qualidade para todos os alunos surdos.

Assim, fica evidente a importância da educação dos surdos através da inclusão pelo uso do ensino bilíngue, pelo qual aqueles possam ser livres para se utilizarem de sua própria língua, (a Língua de Sinais) e a língua oficial do seu país. É necessário frisar que o processo de ensino/aprendizagem desses indivíduos acontecerá, desde que passe a existir uma educação inclusiva de qualidade para todos.

Por fim, faz-se necessário que o sistema escolar não venha unicamente a se preocupar em alfabetizar os alunos surdos, mas fazer uma reflexão no que se refere ao processo de inclusão desses alunos na escola regular. Pois, uma educação igualitária e de qualidade só irá existir no momento em que as políticas públicas e o corpo docente estiverem preparados para conviverem na diversidade, formando, assim, pessoas capazes de exercerem sua cidadania, tornando-se indivíduos formadores do conhecimento de sua própria cultura e a cultura dos ouvintes.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Decreto n° 5.626, de 22 de dezembro de 2005*, regulamenta a Lei n° 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art.18 da Lei n° 10.098, de 19 de Dezembro de 2000.
- _____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN 9394/96* Brasília. 1996.
- _____. *Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília, DF. MEC/ SEESP, 2008. Disponível em :< [http:// portal. Mec. Gov. br/ arquivos/ pdf/ politica_educ_especial.pdf](http://portal.Mec.Gov.br/arquivos/pdf/politica_educ_especial.pdf)>> . anexo em 29 Jan. 20011.
- BAPTISTA, C. R; VICTOR, Sônia Lopes. Org. *Pesquisa e Educação Especial: Mapeando produções*. Vitória: EDUFES, 2005, p. 2003-2018.
- BRITO, L.F. *Por uma gramática de língua de sinais*. Rio de Janeiro: tempo Brasileiro, 1995.
- BUENOS,J.G.S. *A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns de ensino regular*”. Tema sobre desenvolvimento, São Paulo, vol, 9, n.8, pp. 21.27. 2001
- CAPOVILLA, Fernando C. Filosofias Educacionais em relação ao surdo: do oralismo à comunicação total ao bilinguismo. *Revista Brasileira de educação*. V.6, Nº 1. 2000, p. 99-116.
- CARVALHO, R.E. *Educação Inclusiva: Com os pingos nos is*. 3ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- CIALDINE, E. A história da educação (linguística) dos surdos. *Revista Língua Portuguesa*, conhecimento prático. Nº 31, 2012.
- CICCONI, M. *Comunicação total: introdução, estratégias a pessoa surda*. 2ªed.Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1996.
- Encontrado no site: file:///D:/ Documentos/ A inclusão da pessoa com deficiência na Escola Regular Arcos- informações jurídicas. html.
- FALCÃO, Luiz A.B. *Surdez ,Cognição visual e Libras: estabelecendo novos diálogos*. 2ª ed. Revisada e ampliada- Recife : Ed. Do Autor. 2011.
- FERREIRA, M.C.C. Os movimentos possíveis e necessários para que uma escola faça a inclusão de alunos com necessidade educacionais especiais. In: JESUS, D.M.; BAPTISTA C.R. VICTOR, S.L. (Org). *Pesquisa e educação especial: mapeando produções*. Vitória: EDUFES, 2005. p. 203- 218.
- FREIRE,P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FRIZANCO, M. L.E. *Livro ilustrado de Língua Brasileiras de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez*. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.
- GOLDFIELD, M. *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista*. 3. ed. São Paulo: Plexus, 2010.
- GRANDE,RM. *Inclusão : privilégio de conviver com as diferenças : memorial de formação*. Campinas, SP : [s.n.], 2006.
- HAGUIARA- CERVELLIN. *A musicalidade do surdo: representação e estigma*. São Paulo: Plexus Editora, 2003.
- HALL, S. A. F. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade* , Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, 1997.
- HONORO, Márcia. *Livro ilustrado de Língua Brasileiras de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez*. São Paulo : Cirando Cultural, 2009.
- JANNUZZI, G. S. M. A. *Educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- JESUS, D.M. Formação Continuada: construindo um diálogo entre teoria, prática, pesquisa e educação inclusiva. In: JESUS, D.M; BAPTISTA, C.R.; VICTOR, SL. (Org). *Pesquisa e educação especial: mapeando produções*. Vitória: EDUFES, 2005. p. 203- 218.

- LACERDA, C. B. F. *A difícil tarefa de promover uma inclusão escolar bilíngue para alunos surdos*. Anais da 30ª reunião nacional da ANPED. Rio de Janeiro: ANPED, 2007. v.1. p. 1-14.
- _____. A prática fonoaudiológica frente às diferentes concepções de linguagem. *Revista Espaço, Instituto de Educação de Surdo*, Rio de Janeiro, v.10, p.30-40, 1998
- LERNER, D. *Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- LOPES, M. C. *Surdez & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- MAGALHÃES, R.C. B. P. *Educação Inclusiva e Escolarização: política e formação docente*. – Brasília: Liber Livro, 2011.
- MANTOAN, M.T.E. Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças. In *Nova Escola*, maio 2005.
- _____. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna 2003.
- MAZZOTA, M.J.S. *Inclusão e integração ou chaves da vida humana*. In: CONGRESSO IBERO AMERICANDO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 3.,1998, Foz do Iguaçu, Anais... Foz do Iguaçu, 1998.
- MENDES, E. G.; MATOS, S.N. *A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais*. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista. Vol. 10, n. 16. P.35 a 39, Jan/ Jun. 2014.
- PEREIRA, M. C. C. (org.). *LIBRAS: conhecimento além dos sinais*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- QUADROS, R.M. Convite a uma revisão da pedagogia para minorias: questionando as práticas discursivas na educação de surdos. *Revista Espaço*, Rio de Janeiro, n. 18/19, p. 87-92, 2003.
- _____. *Alfabetização e o ensino da língua de sinais*. Textura, Canoas n3 p.54,2000.
- QUADROS. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed. 1997.
- SÁ, N.R.L. *Cultura, Poder e Educação de Surdos*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, p. 388, 2002.
- SANTOS, B. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós- modernidade*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- SASSAKI, R. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- SOUZA, J.M.R. *Entre Palavras e Sinais: letramento literário, surdez e inclusão*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2015.
- STREIECHEN, E. M. *Língua Brasileira de Sinais: LIBRAS*; ilustrado por Sérgio Streiechen. Guarapuava: UNICENTRO, 2012
- UNESCO. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre Necessidades Educativas especiais*. Brasília: CORDE, 1994.
- WERNECK, C. *Inclusão social*. Disponível em: <pt. [Wikipédia.org/wiki/inclusão social](http://Wikipédia.org/wiki/inclusão_social) >. Acesso em 11 de novembro de 2009.